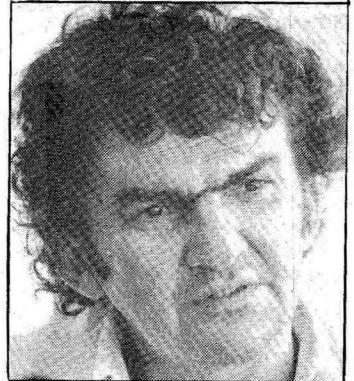
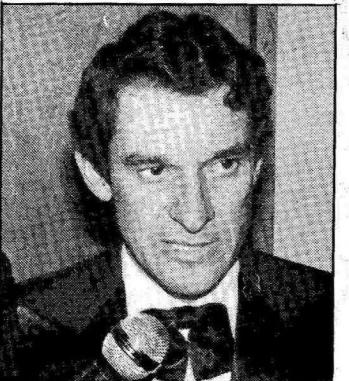


Brasília preparada para votar já

Entre as emendas, a do senador Marcondes Gadelha (PDS) reúne melhores chances de aprovação



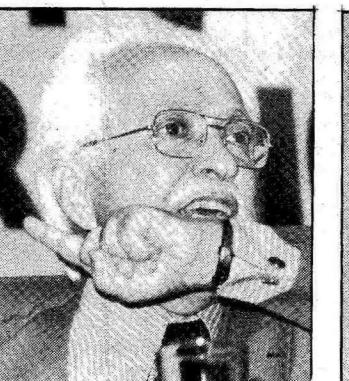
José Neves



Waldir Campelo



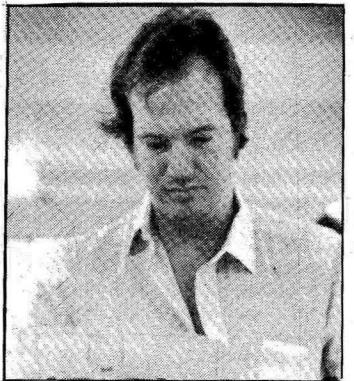
Maria Abadia



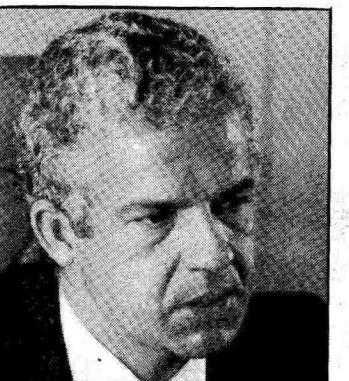
Pompeu de Souza



José Libério Pimentel



Fernando Tolentino



José Carlos Mello



Sílvia Seabra



Newton Rossi



Luiz Estevão

DAVID EMERICH
Da Editoria de Cidade

Todos os partidos políticos e militantes independentes do Distrito Federal entraram firme na campanha das diretas já com o pensamento voltado para a conquista do direito do voto. Depois de 24 anos de completa passividade política eleitoral, a comunidade resolveu se integrar na perspectiva de acabar com o título plastificado, e, assim, influir decisivamente na escolha de representantes populares para ocupar tanto cadeiras do Congresso Nacional quanto a cadeira privilegiada do Governo do Distrito Federal.

Se por um lado o sentimento da necessidade de representação política para Brasília esteja disseminado em todos os poros da sociedade, a sua forma, entretanto, sempre gera polêmicas. Os mais diversos segmentos da sociedade raramente trabalham em conjunto e somente agora as forças se convergem em direção ao Congresso Nacional, onde várias emendas tramitam para resgatar o direito à cidadania para o brasiliense.

São três as grandes propostas geradas no Distrito Federal sobre representação política. Uma delas propõe apenas a representação no Senado e na Câmara e seus principais defensores estão entrincheirados no seio das Associações Comerciais das cidades-satélites e do Distrito Federal. Uma segunda compreensão — instalada dentro do PMDB e passando por setores consideráveis do movimento democrático local — entende que a melhor forma de representação política, num primeiro momento, vai até a Assembleia Legislativa e que a criação de Câmaras de Vereadores seria admissível apenas numa etapa posterior. A terceira posição — está repousando, principalmente, no Partido dos Trabalhadores e junto a alguns importantes sindicatos — sempre pediu eleições em todos os níveis, incluindo a eleição do governador do Distrito Federal, pelo voto direto.

O Distrito Federal, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, conta atualmente com cerca de 490 mil eleitores legalmente cadastrados. Entretanto, este contingente — que dá água na boca de qualquer pessoa interessada numa vaga no Congresso Nacional —, havendo eleições, vai ser acrescido de mais 300 mil pessoas, aproximadamente. Tal número representa os eleitores residentes em Brasília, mas que votam em candidatos de outros Estados.

EMENDAS

Para os partidos políticos, Brasília nunca esteve tão perto do direito de ter representantes eleitos diretamente pelo povo. Não é para menos. No Congresso Nacional, a partir deste ano, até o Partido Democrático Social resolveu apresentar emendas com este objetivo. A pioneira é do senador Marcondes Gadelha (PDS-PB), e que dá ao Distrito Federal três senadores e oito deputados federais. O deputado Jorge Arbage (PDS-PA), também resolveu entrar na briga, assustando até mesmo os partidos locais de oposição. Nos próximos dias, ele

apresentará uma proposta de emenda constitucional dando a Brasília, senadores, deputados federais e vereadores.

Na oposição, várias emendas continuam em tramitação. Maurício Fruet (PMDB-PR), por exemplo, pede representantes a nível de Senado, Câmara e Assembleia Legislativa. A mesma idéia foi adotada por Arildo Teles (PDT-RJ). O senador Mário Maia (PMDB-AÇ) e Múcio Athayde (PMDB-RO) também partem do mesmo princípio, mas acrescentam a eleição do governador do Distrito Federal.

Duas outras emendas destacam-se no campo da oposição. Enquanto o senador Mauro Borges (PMDB-GO) defende uma Câmara com representantes do Plano Piloto e nas cidades-satélites, o deputado Aldo Arantes (PMDB-GO) pede representação em todos os níveis, mas joga para a Assembleia Legislativa a ser criada a função de examinar a reorganização territorial do Distrito Federal, bem como de deflagrar o processo de criação das Câmaras de Vereadores.

Todas estas emendas correm em faixa própria no Congresso Nacional. Como subemendas ao projeto de Figueiredo que deverá ser votado ainda este semestre entram os projetos de Marcondes Gadelha, Múcio Athayde e Jorge Arbage.

MOMENTO

A não aprovação de uma representação política suficientemente ampla não vai impedir e nem vai desestimular as disputas dos partidos políticos organizados em todo o Distrito Federal. Atualmente, as agremiações têm certeza de que um processo eleitoral antes de 1986 seria totalmente inviável, pois neste caso nenhuma força teria tempo suficiente para se adequar à legislação e lançar-se a uma intensa campanha de rua para conquistar o voto popular.

Na opinião de um dos dirigentes do PMDB, caso a emenda da representação seja aprovada no Congresso Nacional, o próprio Tribunal Regional Eleitoral precisará de vários meses para reorganizar seus fichários e de suas zonas. Seria impossível transferir para Brasília, de uma hora para outra, os 300 mil títulos registrados em outros Estados. Por outro lado, o TRE teria muito trabalho para realocar os 420 mil títulos eleitorais que ainda compõem a Zona Unica. Como se sabe as sete zonas eleitorais do Distrito Federal foram criadas recentemente na gestão de Luis Cericchiaro.

Além do mais, com a aprovação de qualquer emenda no Congresso, outras providências no campo legislativo seriam inevitáveis, e, entre elas, são citadas a mudança da Lei de Transporte e Alimentação, que dispõe sobre propaganda eleitoral e a própria Lei Orgânica dos Partidos. Do lado dos Partidos, eles ficariam dependendo destas iniciativas para dar prosseguimento ao trabalho de filiação e criação de diretórios, que tanto poderiam ser únicos como distribuídos através das cidades-satélites. Pelo menos duas convenções precisariam ser realizadas: uma primeira para a fundação e constituição dos partidos, e uma outra, voltada para a escolha da lista de candidatos.